

26 • Público • Sexta-feira, 11 de Outubro de 2024

## Sociedade Encontro do Conselho Superior da Magistratura

# Teixeira da Cruz vê Manifesto dos 50 como tentativa de subordinar MP

Antiga ministra da Justiça defendeu, perante plateia de juizes, a integração dos tribunais administrativos e fiscais na jurisdição comum e o fim do Tribunal Constitucional como entidade autónoma

**Mariana Oliveira**

A ex-ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz defendeu ontem perante uma plateia de magistrados que o Manifesto dos 50, que reivindica um maior escrutínio do Ministério Público, é na realidade uma tentativa de subordinar esta magistratura, responsável pela direcção dos inquéritos criminais, ao poder político. A advogada e antiga deputada do PSD falava no XVIII Encontro anual do Conselho Superior da Magistratura, que decorre até hoje em Vila Real.

Paula Teixeira da Cruz sustentou que subordinar o Ministério Público ao poder político significaria “um empobrecimento profundo e um retrocesso social”. “Podemos viver bem com erros das magistraturas, mas não podemos viver bem com o condicionamento dessas magistraturas”, afirmou no Teatro Municipal de Vila Real, onde decorre o evento.

A advogada lamentou a falta de escrutínio sobre os subscritores iniciais do Manifesto dos 50, lançado em Maio passado, que deveria ter sido acompanhado por “um registo de interesses”. Do grupo inicial, que já ultrapassa os 150 assinantes, destacam-se três ex-presidentes do Parlamento: Augusto Santos Silva, Ferro Rodrigues (ambos do PS) e Mota Amaral (PSD). O ex-presidente do Tribunal Constitucional João Caupers é outra personalidade que integra o manifesto, tal como o advogado Daniel Proença de Carvalho, o constitucionalista Vital Moreira, o ex-ministro da Educação David Justino e o investigador e cronista José Pacheco Pereira.

Na altura do lançamento do manifesto, o PÚBLICO já dava conta de que vários signatários se viram a braços com a justiça em situações diversas. A sua porta-voz, e reitora do Instituto Universitário de Lisboa – Iscte, a socialista Maria de Lurdes Rodrigues, chegou a ser condenada por prevaricação por ter contratado por ajuste directo o irmão do ex-ministro Paulo Pedroso para fazer uma compilação legislativa quando era ministra da Educação, tendo acabado por ser ilibada em segunda instância; o ex-líder do PSD Rui Rio viu no ano passado a sua residência ser alvo de buscas por suspeitas da prática de crimes na gestão do partido; o ex-juiz e antigo deputado social-democrata Fernando Negrão foi arguido num caso de violação do segredo de justiça, tendo



Sobre o alegado excesso no recurso a escutas telefónicas, Teixeira da Cruz insiste em que são um instrumento exaustivamente regulado na lei

### Ministra da Justiça diz que novo PGR é a pessoa indicada para pôr a casa em ordem

A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, afirmou ontem que o novo procurador-geral da República (PGR), Amadeu Guerra, que toma posse amanhã, é a pessoa indicada “para pôr a casa em ordem e pôr ordem na casa”, considerando ainda que tem um “currículo inatacável” e que “é uma pessoa que conhece bem a casa”.

“Ninguém melhor para pôr a casa em ordem do que uma pessoa que a conhece bem”, afirmou aos jornalistas, em Vila Real. Já em Junho, a ministra tinha falado na necessidade de “pôr ordem na casa” e criticou “uma certa descredibilização do Ministério Público”, o que

acabou por motivar uma reacção de desagrado por parte de Lucília Gago.

Também presente no encontro, o presidente da Assembleia da República disse esperar que Amadeu Guerra possa disponibilizar-se para ir ao Parlamento durante o seu mandato. Para Aguiar-Branco, numa sociedade muito mediaticizada e que vive também da comunicação, “um senhor procurador ou uma senhora procuradora deve ter essa competência porque é um cargo de grande relevo na percepção que os cidadãos têm quanto à qualidade e ao funcionamento da justiça”, confiando que o novo PGR o saberá fazer.

visto a juíza que agora é ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, arquivar as suspeitas, entre outros casos.

A antiga ministra recusou a ideia de que é necessária “a reforma da Justiça”, embora admita que há disfuncionalidades que justificam alterações. Realçou a visibilidade que a Justiça – essencialmente a penal – tem actualmente, apesar de só representar 4% do total de processos. E diz que apenas 0,1%, os casos criminais que estão nos holofotes da comunicação social, enviesam a imagem da justiça junto da opinião pública.

Notou o excesso de “comentadores e comentadeiros” no espaço público, a par de inúmeros peritos e especialistas. “Todos falam, mas nem todos sabem do que falam”, sublinhou a antiga governante, que tutelou a pasta da Justiça entre 2011 e 2015. Foi no seu mandato que se realizou uma das reformas mais importantes, conhecida como novo mapa judiciário, que consistiu numa reorganização do fun-

cionamento dos tribunais que implicou a criação de 23 comarcas.

Sobre o alegado excesso no recurso às escutas telefónicas, Teixeira da Cruz insiste em que são um instrumento exaustivamente regulado na lei. “Não é possível conceber um sistema mais garantístico. Fazê-lo é retirar o efeito útil desse meio de obtenção de prova”, apontou, reconhecendo que pode haver um facilitismo no recurso a este instrumento. “Mas é um problema de prática, não de lei. E não é nada que uma intervenção hierárquica não resolva”, disse.

Sobre as críticas ao funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais, a ex-ministra defendeu a sua integração na jurisdição comum, com a área administrativa e a fiscal a serem juízos especializados. Sublinhou que, perante uma democracia consolidada, já não se justifica a existência de um tribunal constitucional autónomo, função que poderia passar a ser assumida por uma secção especializada do Supremo Tribunal de Justiça.